

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º - Identificação e objeto do concurso

1- O presente procedimento (doravante, “Concurso”) é adotado ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual.

2- O concurso é publicitado no Diário da República, nos termos do disposto no artigo 130.º do CCP.

3- O objeto do presente procedimento visa transferir para uma seguradora os riscos do Município relativamente eleitos, aos seus trabalhadores, ao património móvel e imóvel, bem como a responsabilidade perante terceiros resultante da sua atividade (através da celebração de contratos de seguros de acordo com as especificações técnicas definidas nas cláusulas inscritas na parte II do Caderno de Encargos, para os ramos:

- a) Ramo – Acidentes de trabalho:
 - i. Trabalhadores que exercem funções públicas;
- b) Ramo – Acidentes pessoais:
 - i. Autarcas;
 - ii. Utentes das instalações desportivas, culturais, recreativas e de lazer municipais;
 - iii. Utentes das iniciativas desportivas, culturais, recreativas e de lazer municipais;
 - iv. Comissão de Proteção a crianças e jovens (CPCJ);
 - v. Programa CEI, CEI+ e PROTEL (Programa de Ocupação de Tempos Livres).
 - vi. Programa Estágio Profissional (PEPAL)
- c) Ramo – Automóvel - Frota;
- d) Ramo – Multirriscos;
- e) Ramo – Responsabilidade Civil – Extracontratual;
- f) Ramo – Roubo;

A classificação do vocabulário comum para os contratos públicos (CPV), a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L74, de 15 de março de 2008, é “66510000-8 – Serviços de seguros”.

Artigo 2.º - Identificação da Entidade adjudicante

1- A entidade pública adjudicante é a seguinte:

Município de Aljezur
Rua Capitão Salgueiro Maia
8670-005 Aljezur
Telefone: 282990010
Fax: 282990011
Endereço eletrónico: geral@cm-aljezur.pt
Sítio na internet: www.cm-aljezur.pt

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

1- A decisão de contratar é tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, no âmbito de competência própria.

Artigo 4.º - Fundamentação da escolha do procedimento

Em conformidade com os poderes conferidos pelo art.º 38.º do CCP, o procedimento adotado pelo Município é o Concurso Público, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º e alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP.

Artigo 5.º - Júri do procedimento

1- Nos termos dos artigos 67.º e seguintes do CCP, o procedimento é conduzido por um júri, nomeado pelo órgão competente para a decisão de contratar, que inicia as suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicitação.

2- O júri é composto por três membros efetivos e dois suplentes, podendo designar um secretário e ainda apoiar-se em pareceres e informações de peritos ou consultores, designados pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 6.º - Disponibilização das peças do procedimento

1- O acesso às peças do procedimento e a participação no concurso depende de prévia inscrição na plataforma, mediante registo da identificação, nome de contato e endereço eletrónico da entidade interessada.

2- As peças do procedimento (Programa e Caderno de Encargos) serão disponibilizadas de forma livre, completa e gratuita, desde o dia seguinte ao da publicação do respetivo anúncio na plataforma eletrónica da contratação pública "SaphetyGov" com o seguinte endereço eletrónico **www.saphety.com**

3- Os interessados podem solicitar informações complementares relativas ao acesso à plataforma e às peças do procedimento, através do endereço eletrónico helpdesk@saphety.com.

4- Sem prejuízo da respetiva disponibilização eletrónica, o processo será ainda disponibilizado para consulta, presencialmente, na Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, na morada indicada na cláusula 2ª, no horário das 9.00H às 15.30H, bem como no sítio do Município em www.cm-aljezur.pt.

Artigo 7.º - Concorrentes

1- Podem apresentar propostas as empresas de seguros legalmente constituídas (**Seguradoras**) que cumpram com o disposto na legislação referente à atividade seguradora, aprovado pelo Decreto-lei n.º 147/2015 de 9 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 7/2019, de 16 de Janeiro, que estejam autorizadas a explorar os ramos e modalidades de seguro objeto do presente concurso, e não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

2- Os concorrentes deverão apresentar proposta para um ou mais Lotes dos ramos objeto do concurso, a qual deverá respeitar a totalidade das características técnicas referidas no Caderno de Encargos, sobre pena de exclusão da respetiva proposta.

3- É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, (**Seguradoras**) o qual deve assumir a forma jurídica exigida quando lhe for adjudicado a proposta e aquela forma seja necessária à boa execução do mesmo.

4- O contrato de consórcio a celebrar na sequência do referido no número anterior deve indicar a empresa que exercerá as funções de representante do consórcio, devendo-lhe ser conferido, no mesmo ato, por procuração, os poderes a que se referem as alíneas a), b), c) e d) do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de Julho (regime jurídico dos contratos de consórcio e de associação em participação), sendo este o interlocutor responsável perante a entidade adjudicante.

5- Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento.

6- Todos os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

7- Não pode integrar qualquer agrupamento a entidade que incorra ou se encontre numa das situações previstas no art.º 55.º do CCP.

8- Não é admitida a apresentação de propostas por mediadores de seguros, qualquer que seja a sua categoria.

Artigo 8.º - Esclarecimentos, Retificação e alteração das peças do procedimento

1- No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os respetivos erros e as omissões por si detetados, sob pena de serem responsáveis, parcial ou integralmente, pelas prestações complementares de suprimento desses erros e omissões, nos termos do artigo 50.º do CCP.

2- Até ao termo do segundo terço fixado para a apresentação das propostas, o júri do procedimento presta os esclarecimentos solicitados, necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais, e o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, identificando os termos do suprimento daqueles que aceite, considerando-se rejeitados todos os que, naquele prazo, não sejam expressamente aceites.

3- Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo referido no ponto 2, ou até ao final do prazo fixado para a apresentação das propostas, que, neste caso, deve ser prorrogado, nos termos do artigo 64.º do CCP.

4- Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados no Portal e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

5- Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 9.º - deveres de sigilo e colaboração

1 - Os concorrentes, incluindo as entidades integradas em agrupamento, obrigam-se a garantir o sigilo, por si, seus trabalhadores ou seus contratados, quanto a informações, documentos ou dados de que venham a ter conhecimento ou a que venham a ter acesso por via ou por referência do presente concurso, ou de subsequentes procedimentos com este relacionados, quer durante a pendência do procedimento e do contrato, quer após a execução deste.

SECÇÃO II – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 10.º - Prazo para apresentação das propostas

1- De acordo com o n.º 1 do art.º 135.º do DL 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua redação atual, o prazo para apresentação de propostas decorre até às 23:59 horas do décimo oitavo (18º) dia a contar da data de envio do anúncio do concurso público para publicação no Diário da República.

2- A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora através da plataforma da contratação.

3- Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e dos documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data estipulada. O concorrente será o único responsável pelos atrasos que por ventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese da entrega dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas.

Artigo 11.º - Modo de apresentação da proposta

1- Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com exceção daqueles que, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, caso em que a sua apresentação deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada.

2- Os documentos submetidos na plataforma devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais.

3- Sem prejuízo do disposto no número 5 do artigo 62.º do CCP, os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente através da plataforma eletrónica da contratação pública.

4- Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do concorrente que os submete.

5- Os documentos que sejam cópias eletrônicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do concorrente que os submete, atestando a sua conformidade com o documento original.

6- Nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente, processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes dessa forma a força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil e do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de agosto, na redação em vigor.

7- Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, o concorrente deve submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.

8- O incumprimento do disposto nos números anteriores determina a exclusão da proposta, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, conjugado com o n.º 4 do respetivo artigo 62.º e o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 12.º - Documentos que constituem a proposta

1- A proposta, relativa a cada lote concorrido e apresentada com expressa referência ao(s) mesmo(s), sob pena de exclusão, é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração conforme modelo constante do anexo I ao Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro e alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto e demais alterações, assinada eletronicamente pelo concorrente ou representante que tenha poderes para obrigar; (Deverá ser utilizado o modelo word em anexo – Anexo I)
- b) Certidão do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, designadamente, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
- c) Documentos que contenham o(s) atributo(s) da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar [cf. alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP], devidamente assinado eletronicamente pelo concorrente ou representante que tenha poderes para obrigar, nomeadamente:
 - i. Preço total para cada Lote.
- d) Documentos que contenham termos ou condições relativos a aspetos não submetidos à concorrência aos quais o concorrente se vincula para efeitos da execução do contrato [cf. alínea c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP], devidamente assinado eletronicamente pelo concorrente ou representante que tenha poderes para obrigar nomeadamente:
 - i. Prémio total, referente a cada contrato de seguro, discriminando, no caso da apólice frota, o valor correspondente a cada viatura, e no caso da apólice multirriscos, o valor por edifícios/conteúdo, de acordo com os dados do caderno de encargos;

- ii. Valor total dos prémios referentes a cada ramo;
- iii. Valor total dos prémios referentes a cada lote;
- iv. Valor do prémio por pessoa relativo a cada apólice de acidentes pessoais com nomes;
- v. Valor do prémio total por pessoa e período, no caso do Seguro de Acidentes Pessoais – CEI e CEI + (contrato emprego-inserção) e PROTEL (Programa de Ocupação de Tempos Livres);
- vi. Valor da taxa comercial e total para os Acidentes Trabalho (Trabalhadores em funções públicas)
- vii. Valor das taxas totais aplicadas ao ramo multirriscos;
- viii. Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta.

2- Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, o documento mencionado na alínea a) do nº 1 e a proposta de preço devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

3- Os preços constantes da proposta deverão ser indicados em algarismos e não incluem o IVA. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência estes prevalecem, para todos os efeitos sobre os indicados em algarismos.

Artigo 13.º - Retirada da proposta

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, nos termos do disposto no art.º 137.º do CCP.

Artigo 14.º - Propostas com variantes

1 - Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

Artigo 15.º - Preço anormalmente baixo

1- Para efeitos do presente procedimento, considera-se anormalmente baixo o preço de determinada proposta quando este seja trinta pontos percentuais, ou mais, inferior à média dos preços das demais propostas a admitir no concurso, considerando o lote respetivo.

2- A fixação do preço anormalmente baixo assenta na necessidade de prever um limiar de referência de preços, em abstrato, considerados exequíveis, à luz dos preços de mercado conhecidos em função de contratos anteriores, dissuadindo dessa forma a prática de preços predatórios, em prejuízo do interesse público associado à boa execução do contrato, da sã concorrência entre os operadores e das responsabilidades sociais e laborais.

3- Quando se verifique que o preço de determinada proposta se considera anormalmente baixo, nos termos do número um, é solicitado ao respetivo concorrente que, em prazo adequado, preste os esclarecimentos justificativos que considere relevantes para o efeito, nomeadamente, à luz das razões enunciadas no n.º 4 do artigo 71.º do CCP.

Artigo 16.º - Critérios de adjudicação modelo de avaliação das propostas e critérios de desempate

1- O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa – **preço mais baixo por lote** - determinada pela avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP não havendo limitação do número de lotes a adjudicar por proposta e concorrente, uma vez que as peças do procedimento definem todos os restantes elementos da execução do contrato a celebrar.

2- A análise das propostas será feita lote a lote, podendo a adjudicação ser feita a dois prestadores diferentes (um lote a cada um) ou apenas a um único prestador (os dois lotes), depois de aplicado o respetivo critério de adjudicação.

3- Em caso de empate no preço total de cada lote, e de acordo com o n.º 4 do artigo 74.º do CCP os critérios de desempate, por ordem sucessiva são:

- a) Lote I: A proposta que tiver o mais baixo preço para o ramo de Acidentes de Trabalho.
- b) Lote II: A proposta que tiver o mais baixo preço para o ramo Automóvel.
- c) Em ambos os lotes, caso se mantenha o empate, serão as mesmas desempatadas por sorteio, nos seguintes termos:
 - i. O Júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas submetidas ao sorteio, com uma antecedência mínima de três dias, da data, da hora e do local da sua realização;
 - ii. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista de concorrentes;
 - iii. Numa urna são introduzidos os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração;
 - iv. A ordenação das propostas, para efeitos de adjudicação, objeto do sorteio é indicada de acordo com a ordem da extração efetuada.

Artigo 17.º- Prazo da obrigação de manutenção das propostas

1- O prazo de obrigação de manutenção das propostas é de noventa dias (90).

2- O prazo referido no número anterior considera-se automaticamente prorrogado para iguais períodos se o concorrente não manifestar por escrito vontade contrária.

Artigo 18.º - Admissão/exclusão de concorrentes e propostas

1- São excluídos os concorrentes que se encontrem em alguma das situações referidas no artigo 55.º do CCP.

2- Serão excluídas as propostas conforme o disposto no n.º 2 do art.º 70.º, e, nos n.º(s) 2 e 3 do art.º 146.º do CCP.

Artigo 19.º - Negociação

1- As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 20.º - Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes

1- O Júri do Concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da sua análise e avaliação.

2- Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes sobre as respetivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2, do artigo 72.º, do CCP.

3- Os esclarecimentos prestados devem ser juntos ao processo de concurso e disponibilizados na plataforma eletrónica, devendo todos os concorrentes serem notificados desse facto.

Artigo 21.º - Relatório preliminar

1- Analisadas as propostas, o júri elabora o relatório preliminar fundamentado no qual propõe a exclusão das propostas a que houver lugar nos termos do n.º 2 do art.º(s) 70.º e 146.º do CCP, e a ordenação das que forem admitidas.

2- O Júri do Concurso poderá socorrer-se de peritos ou consultores, para a emissão de pareceres na área especializados, nos termos do n.º 6 do art.º 68.º do CCP.

3- Poderá ainda propor a exclusão das propostas que:

- a) Não estejam assinados pelo concorrente ou seu representante com poderes para obrigar;
- b) Não estejam assinados mediante o uso de certificado digital nos termos do art.º 54.º da Lei 96/2015 de 17 de Agosto.

4- Do relatório preliminar deve ainda constar referencia aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do art.º 72.º do CCP.

Artigo 22.º - Audiência Prévia

1- O júri, antes de ser proferida a decisão final, procede à audiência escrita dos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP, através da plataforma eletrónica disponível em <https://www.saphety.com>, fixando-lhes o prazo de cinco dias úteis, para, querendo, se pronunciarem através do referido portal.

2- A notificação fornece os elementos necessários para que os interessados fiquem a conhecer os aspetos relevantes para a decisão, nas matérias de facto e de Direto, indicando também as horas e o local onde o processo poderá ser consultado.

Artigo 23.º - Relatório Final

1- Cumprido o disposto na Cláusula anterior, o Júri do Concurso elaborará um Relatório Final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do art.º 146.º do CCP.

2- No caso previsto na parte final do ponto anterior, bem como quando do Relatório Final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do Relatório Preliminar, o Júri do Concurso procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do art.º 148.º do CCP.

3- Elaborado o relatório final, será este enviado ao órgão competente para a decisão de contratar juntamente com os demais documentos que compõem o processo, para a respetiva aprovação.

Artigo 24.º - Valor da Caução e modo de prestação

Não é exigida prestação de caução, conforme disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Artigo 25.º - Documentos de habilitação

1- Nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP, conjugado com a Portaria n.º 372/2017, de 14 de Dezembro, o adjudicatário deve entregar, através da plataforma eletrónica da contratação “SaphetyGov”, no prazo de **5 dias úteis** após a respetiva notificação da decisão de adjudicação os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos (Anexo II) conforme estipulado na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, conforme modelo que se anexa em *word*, devidamente **assinado** pelo concorrente ou representante que tenha poderes para obrigar;
- b) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, conforme estipulado na alínea d) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos em Portugal, ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, conforme estipulado na alínea e) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

- d) Certificado do Registo Criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos do adjudicatário bem como de todos os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções destinado a comprovar que não se encontram em qualquer das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, devendo constar no fim a que se destina: Contratação Pública – Código dos Contratos Públicos;
- e) Comprovativo da titularidade para a prestação de serviços de seguros, emitida pelo **ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões**.

2- Para efeitos de comprovação das habilitações referidas no número anterior, o adjudicatário pode socorrer-se das habilitações de subcontratados, mediante a apresentação de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

3- Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário, para além dos documentos referidos no número anterior, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.

4- O adjudicatário, ou um subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio pode ainda apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

5- O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

6- Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos anteriormente indicados devem ser apresentados por todos os seus membros.

7- Em caso de serem detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, será concedido ao adjudicatário um prazo de 5 dias para supressão das mesmas.

8- Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, salvo quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, caso em que deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

9- Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

Artigo 26.º - Caducidade da adjudicação

1- A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação nos termos do artigo 86.º do CCP.

2- Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a cinco dias úteis, para que se pronuncie, por escrito, sobre as razões e eventual imputabilidade dessa falta.

3- Em função das razões invocadas, verificando-se que a situação que determina a caducidade não é imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe um prazo adicional para apresentar os documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

4- Verificando-se a caducidade nos termos dos números anteriores, o órgão competente para contratar deve seleccionar a proposta ordenada em lugar subsequente e adjudicá-la.

Artigo 27.º - Causas de não Adjudicação

1- Não há lugar a adjudicação quando se verifique qualquer das situações previstas nos termos do n.º 1 artigo 79.º ou 87.º - A, ambos do CCP, nomeadamente:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem;

2-A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

3- Verificando-se a não adjudicação pelas causas indicadas na alínea c) do n.º1 do art.º 79.º do CCP, será dado início a um novo procedimento no prazo máximo de 6 meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

4- Quando o órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1 desta cláusula, a entidade adjudicante indemnizará os concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram a elaboração das respetivas propostas.

Artigo 28.º - Minuta do contrato

- 1- A minuta do contrato é enviada aquando da adjudicação para aceitação, ao adjudicatário, considerando-se aceite por este sempre que haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.
- 2- São admissíveis reclamações da minuta do contrato quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base a este procedimento, conforme disposto no n.º 2 do art.º 96.º do CCP.
- 3- Em caso de reclamação, o órgão que aprovou a minuta, notifica o adjudicatário da sua decisão, no prazo de 10 dias, entendendo-se que a defere se nada disser no referido prazo a contar da receção da reclamação.
- 4- Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato.
- 5- Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 29.º - Contrato

- 1- O contrato é celebrado por escrito, nos termos do art.º 104.º do CCP.
- 2- Sem prejuízo de serem aceites ou propostos pelo adjudicatário prazos inferiores, a entidade adjudicante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, hora e local em que ocorrerá a outorga do contrato, se a sua assinatura for presencial, ou o prazo para a outorga e remessa do contrato, não inferior a três dias, se a assinatura for por meios eletrónicos.
- 3- A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no local, data e hora indicados ou acordados para a outorga do contrato, ou não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo que tiver sido fixado.
- 4- A adjudicação caduca se, tratando-se de agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no n.º 4 do art.º 54.º do CCP.
- 5- Verificando-se a caducidade nos termos dos n.ºs anteriores, o órgão competente para contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
- 6- As despesas inerentes à sua redução a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

SECÇÃO III – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 30.º - Falsidade de documentos e de declarações

1 - Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão da proposta, a não adjudicação da proposta ou a caducidade da adjudicação.

Artigo 31.º - Despesas inerentes à elaboração das propostas e celebração do contrato

- 1- São encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração das propostas.
- 2- São da responsabilidade do adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato.

Artigo 32.º - Prevalência

1 - As normas do presente programa de concurso prevalecem sobre quaisquer indicações do(s) anúncio(s) com elas desconformes.

Artigo 33.º - Ajuste Direto

1 - A Entidade adjudicante pode efetuar ajuste direto nos termos do artigo 27.º, n.º 1, a) do Código dos Contratos Públicos, no caso de novas inclusões nos ramos previstos do n.º 3 do artigo 1º. As apólices têm a duração das contratadas na base do presente concurso.

Artigo 34º - Legislação aplicável

1 - Em tudo o omissso no presente programa do procedimento observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação e regulamentação aplicável.

ANEXO I
Modelo de declaração



[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea *i*) da alínea *b*) e alínea *c*) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de..... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo – quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *i*) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

----- (local),..... (data),...

. [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b*), *c*) e *d*) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *i*) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local),..... (data),..... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º